

Tipologia de classes e desigualdades territoriais no Brasil¹

Alexandre Gori Maia²
Waldir José de Quadros³

Resumo

O objetivo principal deste trabalho é propor uma nova configuração para o território brasileiro, fornecendo uma relevante dimensão para análise das desigualdades sociais brasileiras. A hipótese central é que a estrutura social, uma conjugação entre inserção no mercado de trabalho (classe ocupacional) e faixa de renda *per capita* (estrato social) das famílias brasileiras, é capaz de identificar padrões sociais que cumprem papel essencial nas análises sobre as condições de vida da população. Para cumprir tal objetivo, este trabalho foi estruturado em três partes principais: i) descrição da metodologia de estratificação social; ii) identificação dos grupos de municípios relativamente homogêneos de desenvolvimento da estrutura social (perfis sociais) e análise espacial desta configuração; iii) análise das desigualdades territoriais brasileiras utilizando o perfil social como variável de controle.

Palavras chaves: estratificação social; renda - distribuição; disparidades regionais;

Abstract

The main purpose of this work is to propose a new configuration of Brazilian territory, providing a relevant dimension to the analysis of Brazilian social inequalities. The central hypothesis is that the social structure, which consists of a combination between job market (socio-occupational class) and *per capita* income band (socioeconomic segment) of Brazilian families, is capable of identifying social patterns which has an essential role in analysis of the life conditions of population. To reach such purpose, this work is structured in three main divisions: i) a description of the social stratification methodology; ii) identifying groups of relative homogeneity of social structure development (social profiles) and spatial analysis of this configuration; iii) analysis of Brazilian territory inequalities using the social profile as control variable.

Keywords: social stratification; income distribution; regional disparities;

JEL: J82; R12; R23

¹ Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu, 2008.

² Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Email: gori@eco.unicamp.br

³ Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Email: waldir.quadros@gmail.com

Tipologia de classes e desigualdades territoriais no Brasil

1. Introdução

A divisão do território em áreas urbanas e rurais tem se constituído como a mais tradicional e amplamente utilizada tipologia espacial para estudos sócio-econômicos. O problema é que o Brasil não possui normas condizentes com sua complexa distribuição espacial e ainda vigoram no país regras para divisão territorial dos municípios herdadas do Estado Novo, de 1938. Tentando contornar essa situação, o IBGE ampliou, em 1991, a classificação espacial e trabalha atualmente com três categorias urbanas (urbanizadas, não urbanizadas e urbano-isoladas) e quatro rurais (extensão urbana, povoado, núcleo e outros), mas ainda prevalece a obsoleta convenção de que toda sede de município é necessariamente espaço urbano, seja qual for sua função, dimensão ou situação (VEIGA *et al*, 2001).

O uso de metodologias alternativas de estratificação municipal, que captem com mais eficiência a imensa diversidade dos municípios brasileiros, torna-se, portanto, essencial para que a configuração territorial brasileira não permaneça na obscuridade. Nesse contexto, diversas tipologias podem ser obtidas empregando diferentes dimensões de análise, sendo que a eficiência de cada uma delas dependerá, sobretudo, dos propósitos da pesquisa.

Preocupado em desfazer a imagem confusa que se faz neste país entre setor econômico primário e espaço rural, como se os setores secundários e terciários fossem atributos exclusivos da economia urbana, VEIGA *et al* (2001), por exemplo, combinou o tamanho e a densidade populacional dos municípios para classificá-los em rurais, grandes centros metropolitanos, cidades, pequenas aglomerações urbanas e municípios rurais urbanizados (*rurbano*). KAGEYAMA (2005) empregou a técnica de componentes principais para obter grupos municipais de desenvolvimento rural em que predominavam características de ruralidade/urbanização, pobreza/riqueza, alta/baixa densidade demográfica e agricultura familiar/empresarial. De maneira similar procedeu a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE, 2003), empregando técnicas de análise estatística multivariada para obter o Índice Paulista de Responsabilidade Social a partir das posições relativas dos municípios em função de características associadas à riqueza, longevidade e escolaridade.

Seguindo o mesmo enfoque teórico, a proposta deste trabalho é apresentar uma nova configuração para o território brasileiro que permita analisar de maneira mais eficiente as desigualdades intra e intermunicipais. Tal configuração será obtida a partir das estruturas sociais municipais, uma proposta de QUADROS (2003) para representar grupos sociais relativamente homogêneos a partir da inserção dos integrantes familiares no mercado de trabalho, bens e produtos, uma *proxy* para o comportamento de classes da sociedade brasileira.

A hipótese central desta análise é que, assim como os condicionantes históricos, culturais e ambientais influenciam o grau de desenvolvimento sócio-econômico de uma região, os diferentes estágios de desenvolvimento regional determinam distintas estruturas sociais, exercendo papel fundamental na distribuição geográfica da população e, portanto, na configuração espacial da sociedade.

Compreender a distribuição espacial de dados oriundos de fenômenos ocorridos na população constitui hoje um grande desafio para a elucidação de questões centrais em diversas áreas de conhecimento (CAMARA *et al*, 2004). Aliando o emprego de técnicas de análise espacial e estatística multivariada, pretende-se identificar *clusters* de desenvolvimento social, ou seja, padrões espaciais de desenvolvimento ou atraso relativo, mostrando que as regiões geográficas também cumprem papel importante na configuração sócio-econômica dos municípios.

A espacialização da estrutura social traria ainda novos e importantes elementos para compreender o quadro das diferenças regionais brasileiras. Embora as transformações sócio-econômicas em curso nos municípios sejam um importante dinamizador das mudanças na estrutura sócio-espacial, devem-se também considerar as extremas desigualdades existentes entre as grandes regiões brasileiras. Relacionando a tipologia municipal à distribuição dos rendimentos *per capita* e ao acesso à infra-estrutura domiciliar será ainda

possível analisar uma das dimensões dessas desigualdades dentro e entre grupos de municípios relativamente homogêneos, enriquecendo a análise dos conglomerados municipais.

Para cumprir tais objetivos, os resultados deste trabalho serão apresentados em três blocos principais, além desta parte introdutória e das considerações finais: i) uma rápida descrição da metodologia de estratificação social; ii) identificação dos grupos de municípios relativamente homogêneos de desenvolvimento da estrutura social (perfis sociais) e análise espacial desta configuração; iii) análise das desigualdades territoriais brasileiras utilizando o perfil social como variável de controle.

2. Estrutura social brasileira

A metodologia de estratificação social adotada para classificar os municípios brasileiros baseia-se na proposta de QUADROS (2003) para representar grupos sociais de uma população. Tal metodologia parte do pressuposto que grupos sociais com estilos de vida relativamente homogêneos podem ser obtidos a partir da combinação entre a inserção dos integrantes familiares no mercado de trabalho (**classes ocupacionais**) e os rendimentos familiares *per capita* (**estratos sociais**).

A posição ocupacional do integrante familiar com o maior rendimento individual define a classe ocupacional da família, cuja identificação é dada em termos de poder político, prestígio social e possibilidade de geração de renda da posição ocupacional. Esta estrutura de classes é representada por 14 grupos principais: **A-1**) Empregadores ≥ 10 : integrantes de famílias de empreendedores, do setor agrícola ou não agrícola, que empregam 10 ou mais ocupados; **A-2**) Empregadores < 10 : integrantes de famílias de empreendedores, do setor agrícola ou não agrícola, que empregam menos de 10 ocupados; **C**) Profissionais autônomos: integrantes de famílias associadas a profissões típicas de classe média, onde predominam atividades relacionadas ao comércio, escritório e prestação de serviços, exercidas de forma independente pelo ocupado (vendedores e demonstradores, supervisores, representantes comerciais, entre outros); **D**) Profissionais assalariados: integrantes de famílias associadas a profissões típicas de classe média, onde predominam atividades relacionadas ao comércio, escritório e prestação de serviços, exercidas de forma assalariada pelo ocupado (auxiliares administrativos, recepcionistas, professores, entre outros); **F**) Trabalhadores autônomos: integrantes de famílias associadas a ocupações não agrícolas de perfil operário ou assemelhado popular, que são exercidas de forma independente pelo ocupado (vendedores ambulantes, trabalhadores da construção civil, prestadores de serviços na área de higiene e estética corporal, entre outros); **G**) Trabalhadores assalariados: integrantes de famílias associadas a ocupações não agrícolas de perfil operário ou assemelhado popular, que são exercidas de forma assalariada pelo ocupado (zeladores e ascensoristas, ajudantes de obras, guardas e vigias, entre outros); **I**) Trabalhadores domésticos: integrantes de famílias associadas ao trabalho no serviço doméstico remunerado; **J-1**) Trabalhadores não remunerados não agrícolas: integrantes de famílias associadas ao trabalho não remunerado (pelo menos uma hora por semana) em atividades não agrícolas; **H-1**) Proprietários agrícolas conta-própria: integrantes de famílias associadas à pequena produção no ramo da agricultura ou pecuária familiar realizada sem o emprego de mão-de-obra assalariada; **H-2**) Trabalhadores agrícolas autônomos: integrantes de famílias associadas a profissões agrícolas exercidas de forma autônoma (pescadores, caçadores, extrativistas, entre outros); **H-3**) Assalariados agrícolas: integrantes de famílias associadas a profissões agrícolas exercidas de forma assalariada permanente ou temporária (bóia-fria); **J-2**) Trabalhadores não remunerados não agrícolas: integrantes de famílias associadas ao trabalho não remunerado (pelo menos uma hora por semana) em atividades agrícolas; **SO**) Sem ocupação com renda: integrantes de famílias dependentes de um membro sem ocupação na semana, mas com rendimento proveniente de fonte não relacionada ao trabalho (aposentados, em sua maioria); **SOF**) Sem ocupação sem renda integrantes de famílias sem membros ocupados e sem qualquer fonte regular de rendimento.

Embora as classes ocupacionais sejam um importante indicador do estilo de vida das pessoas, não podem ser desconsideradas significativas distinções no nível de bem-estar das famílias que podem surgir dentro de cada um destes agrupamentos sociais. Esta desigualdade é ainda mais acentuada pelo fato de se tratar de uma sociedade notadamente heterogênea como a brasileira, na qual, mesmo em grupos sociais com

oportunidades relativamente homogêneas, é comum encontrar significativas distorções distributivas. E, como afirma ROCHA (2002:1)

“(…) apesar dos conhecidos problemas conceituais e metodológicos a serem necessariamente enfrentados quando se trata de mensurar a renda, ela é reconhecidamente a melhor *proxy* de bem-estar, pelo menos no que diz respeito àquele que deriva do consumo no âmbito privado”. (ROCHA, 2002:1).

A classificação interna das classes ocupacionais segundo faixas de renda cumpriria, desta forma, um importante papel de distinção do nível de bem-estar de um mesmo grupo social. Assim, a partir de múltiplos de 265 reais⁴, a população foi desagregada em 5 estratos sociais definidos pelos rendimentos familiares *per capita*: 1) Superior (acima de R\$ 1.325); 2) Médio (entre R\$ 662,5 e R\$ 1.325); 3) Baixo (entre R\$ 265 e R\$ 662,5); 4) Inferior (entre R\$ 132,5 e R\$ 265); 5) Ínfimo (abaixo de R\$ 132,5).

3. Grupos municipais de desenvolvimento da estrutura social

3.1. Perfis sociais

Os 5.507 municípios presentes na base de microdados do Censo Demográfico 2000 foram cruzados às 14 classes ocupacionais (A-1, A-2, C, D, F, G, I, J-1, H-1, H-2, H-3, J-2, SO, SOF) e aos 5 estratos sociais (Superior, Médio, Baixo, Inferior e Ínfimo) para formar as *estruturas sociais municipais*. A partir destas estruturas, as tipologias municipais de desenvolvimento da estrutura social, ou simplesmente *perfis sociais*, foram elaboradas com o emprego conjunto das técnicas estatísticas multivariadas de análise de correspondência e análise de *cluster*. Enquanto a análise de correspondência possibilitou a redução da estrutura de relacionamentos entre os atributos qualitativos de interesse, a análise de *cluster* permitiu a agregação de características relativamente homogêneas para constituição dos perfis sociais.

A tabela de *Burt*, contendo as frequências observadas para os múltiplos relacionamentos entre municípios, classes ocupacionais e estratos sociais, foi utilizada pela análise de correspondência para reduzir a dimensionalidade dos dados e viabilizar a identificação de grupos de municípios relativamente homogêneos. As duas principais dimensões resultantes dessa técnica foram utilizadas pela análise de *cluster* para classificar as categorias de municípios, classes ocupacionais e estratos sociais segundo o princípio da mínima variabilidade dentro dos grupos formados⁵.

Os coeficientes de dissimilaridade (R^2 semiparcial) associados aos últimos estágios de agrupamento da análise de *cluster* podem ser observados na Figura 1⁶. Baseado nestes coeficientes e na eficiência analítica dos grupos formados, optou-se pela adoção de seis tipologias municipais. Como pode ser observada pela Figura 1, a redução no grau de dissimilaridade torna-se relativamente estável a partir do sexto *cluster*, além de ser esse o número mínimo necessário para distinguir eficientemente as principais classes ocupacionais: empregadores; profissionais; massa trabalhadora não agrícola; e massa trabalhadora agrícola (ver Figura 2).

⁴ Valores em reais de janeiro de 2005 e pouco superior ao salário mínimo vigente na época (260 reais).

⁵ Na análise de *cluster*, utilizou-se a metodologia de Ward, a qual busca criar grupos hierárquicos de tal forma que as variâncias dentro dos grupos sejam mínimas e as variâncias entre os grupos formados sejam máximas (CRIVISQUI, 1999).

⁶ A dissimilaridade associada a apenas 1 grupo de análise, com R^2 semiparcial equivalente a 100% da variabilidade total, foi desconsiderada para dar mais ênfase às variações gráficas dos coeficientes.

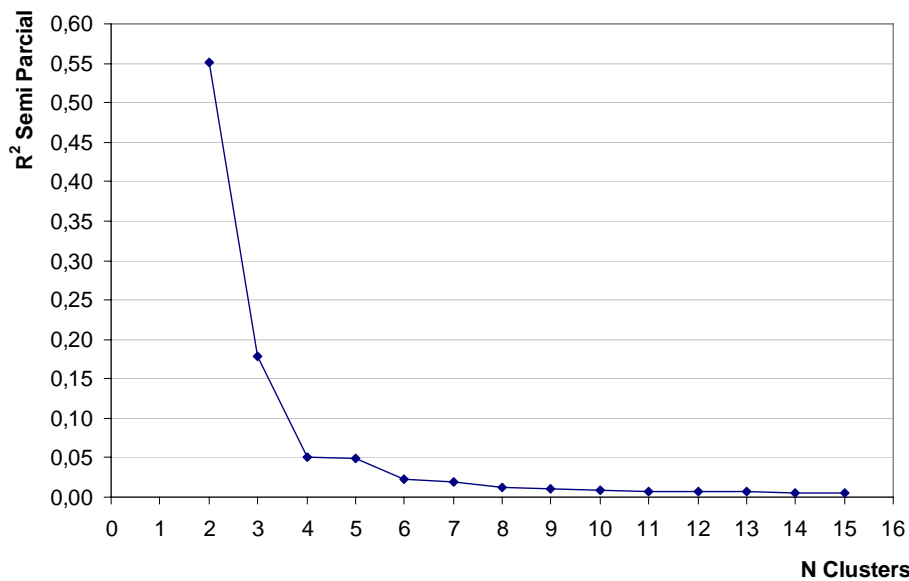


Figura 1 – Coeficiente de dissimilaridade (R^2 semiparcial) segundo número de *clusters*

A estrutura de associações com a distribuição das principais categorias de análise no espaço euclidiano formado pelas duas principais dimensões da análise de correspondência pode ser visualizada na Figura 2. Os 5.507 municípios foram representados por quatro pontos cardeais identificando a dispersão dentro de cada grupo. Assim, considerando as duas dimensões da análise de correspondência, 1ª e 2ª dimensão, representadas no plano euclidiano pelos eixos das abscissas e ordenadas, respectivamente, cada grupo de municípios foi representado pelos pontos: i) Norte, correspondente ao maior valor da 2ª dimensão e ao valor central da 1ª dimensão; ii) Sul, com o menor valor da 2ª dimensão e o valor central da 1ª dimensão; iii) Oeste, com o menor valor 1ª dimensão e o valor central da 2ª dimensão; iv) Leste, com o maior valor da 1ª dimensão e o valor central da 2ª dimensão. Dessa forma, os municípios do grupo 1, por exemplo, foram representados pelos pontos N1 (Norte do grupo 1), S1 (Sul do grupo 1), L1 (Leste do grupo 1) e O1 (Oeste do grupo 1).

A análise da estrutura de associação da Figura 2 sugere a existência de seis tipologias municipais que seguem uma clara hierarquia de associações em relação às classes ocupacionais e aos estratos sociais. Enquanto os municípios dos grupos 1 e 2 apresentam uma estrutura associada às classes não agrícolas e aos quatro primeiros estratos sociais (superior, médio, baixo e inferior), os grupos 3, 4, 5 e 6 estão mais associados às classes agrícolas e ao estrato ínfimo.

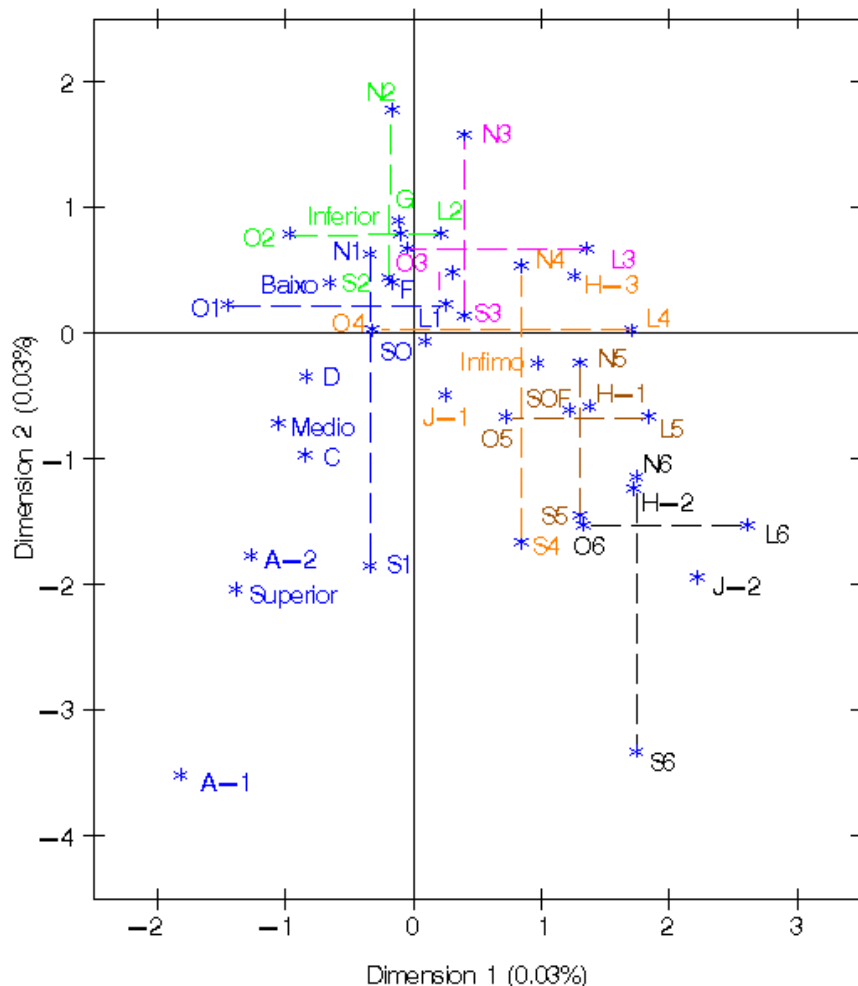


Figura 2 – Dimensões de correspondências entre municípios, classes ocupacionais e estratos sociais

Fonte: Censo Demográfico 2000, microdados, IBGE. Elaboração do autor.

Embora a classificação obtida não permita quantificar as relações entre os municípios brasileiros, ela permite identificar uma clara hierarquia de desenvolvimento sócio-econômico entre os perfis sociais. Da primeira à última tipologia municipal, a tendência é a redução do desenvolvimento sócio-econômico, com uma progressiva participação das classes ocupacionais relacionadas às atividades agrícolas, dos pobres e miseráveis pertencentes aos estratos inferior e ínfimo. Enquanto os municípios do grupo 1 estariam inseridos na terceira onda de desenvolvimento econômico, com predomínio das atividades relacionadas à prestação de serviços e de maior prestígio social, os municípios do grupo 2 estariam na fase de industrialização, com predomínio de atividades de menor prestígio social, e os demais grupos (3, 4, 5 e 6) estariam associados ao desenvolvimento do setor primário.

É importante destacar que essas tipologias municipais se referem a participações relativas na estrutura social, associadas, por sua vez, ao grau de desenvolvimento sócio-econômico dos municípios, e não a concentrações absolutas da população. Não significa, por exemplo, que o maior contingente populacional de subclassificados esteja nos grupos 3, 4, 5 e 6, mas sim que a estrutura social pouco diversificada desses municípios não possibilita muitas alternativas econômicas à boa parcela de suas populações⁷. Da mesma

⁷ Por exemplo, o contingente de subclassificados (estratos inferior e ínfimo) da tipologia mais desenvolvida (perfil social 1) é de 39 milhões de pessoas (38% do total de subclassificados do país), que representa 46% da população deste grupo, enquanto que o

forma, é possível que municípios com predomínio de atividades tipicamente agrícolas apresentem alguns bons indicadores de qualidade de vida, embora não seja esse o padrão vigente na maioria dessas populações, onde prevalecem marginalizados do estrato ínfimo e baixos padrões sociais.

A Tabela 1 apresenta a estrutura social para o conjunto dos municípios de cada perfil social, a partir da qual será elaborada uma análise mais apurada das tipologias municipais. Para simplificar a visualização e análise dos resultados, as classes ocupacionais foram agrupadas em: empregadores (A-1 e A-2); profissionais (C e D); massa trabalhadora não agrícola (F, G e I); trabalhadores não remunerados não agrícolas (J-1); massa trabalhadora agrícola (H-1, H-2 e H-3); trabalhadores não remunerados agrícolas (J-2); sem ocupação com renda (SO); e sem ocupação sem renda (SOF). Da mesma forma, os estratos sociais internos às classes ocupacionais foram agrupados em: classificados (estratos superior, médio e baixo) e subclassificados (estratos inferior e ínfimo).

Resumidamente, os perfis sociais podem ser assim definidos:

Grupo 1 - Municípios de profissionais: pertencem a este grupo os municípios com o maior grau de desenvolvimento da estrutura social. Possuem mais de $\frac{3}{4}$ da população nas classes ocupacionais tipicamente urbanas, com destaque para a participação dos empregadores (4%) e profissionais (32%), além de uma significativa parcela na classe da massa trabalhadora não agrícola (41%). De maneira geral, apresenta um padrão de vida típico de classe média, com 54% da população nos estratos superior, médio e baixo.

Grupo 2 - Municípios de operários: também apresentam uma população majoritariamente não agrícola, com quase $\frac{3}{4}$ da população nas classes tipicamente urbanas, e se destacam, sobretudo, pela expressiva participação de integrantes de famílias da massa trabalhadora não agrícola (50%). Distinguem-se ainda dos municípios de profissionais pela maior parcela de subclassificados nas principais classes ocupacionais. De maneira geral, apresentam 54% da população nos estratos inferior e ínfimo.

Grupo 3 - Municípios agrícolas urbanizados: municípios que, embora apresentem uma expressiva participação da população nas classes agrícolas (20%), estão em processo relativamente avançado de urbanização, com 20% de integrantes de famílias de profissionais e 40% de trabalhadores não agrícolas em sua estrutura social. Entre as tipologias de municípios agrícolas (perfis sociais 3, 4, 5 e 6), apresenta a menor parcela de pobres e miseráveis dos estratos inferior e ínfimo, mesmo estes representando praticamente $\frac{3}{4}$ da estrutura social. Distinguem-se ainda dos demais perfis agrícolas pela própria composição da massa trabalhadora agrícola, com maior percentagem de integrantes de famílias de assalariados (H-3 sendo 13,4%) e as menores participações relativas de integrantes de famílias de conta-própria (H-1 sendo 6%) e não remunerados (J-2 sendo 1%).

Grupo 4 - Municípios de trabalhadores agrícolas: municípios que possuem praticamente 30% da população nas classes agrícolas e menor participação das classes não agrícolas em relação aos municípios do grupo 3. Distinguem-se ainda destes municípios pela própria composição interna da massa trabalhadora agrícola, sobretudo, pela maior participação de integrantes da classe de trabalhadores conta-própria (12%) e não remunerados (3%), assim como uma maior parcela de subclassificados (83% contra 73% do grupo 3).

Grupo 5 - Municípios agrícolas conta-própria: possuem 73% de miseráveis do estrato ínfimo e uma expressiva parcela da população nas classes agrícolas (30% na massa trabalhadora e 10% de não remunerados). Entre as tipologias agrícolas, destaca-se pela maior participação de pequenos proprietários agrícolas conta-própria, que representam 19% da população.

Grupo 6 - Municípios agrícolas autoconsumo: na base da pirâmide social estão esses municípios rurais autoconsumo, onde as classes de trabalhadores agrícolas representam quase metade da população, com uma expressiva participação de integrantes de famílias de não remunerados agrícolas (22%). Apresentam ainda as maiores taxas de subclassificados e, de maneira geral, 83% de miseráveis do estrato ínfimo na população.

contingente de subclassificados da tipologia menos desenvolvida é de apenas 4,2 milhões de pessoas (4% do total de subclassificados do país), mas que representa 95% de sua população.

O primeiro fato a destacar é a configuração principal entre tipologias tipicamente agrícolas e não agrícolas, bem como a distinção interna que há entre elas. Enquanto os municípios não agrícolas se distinguem entre si pelo predomínio das classes relacionadas à prestação de serviços ou a ocupações não agrícolas de menor prestígio social, nos municípios tipicamente agrícolas a maior distinção está na participação de integrantes de famílias de proprietários conta-própria, trabalhadores autônomos e assalariados da massa trabalhadora agrícola. Enquanto a massa de assalariados tende a reduzir a participação de subclassificados nos municípios tipicamente agrícolas, a recíproca ocorre em relação à classe dos proprietários conta-própria, que está associada à maior participação de pobres e miseráveis na estrutura social.

Outra importante conclusão dessa estratificação é a complementaridade dos critérios de classificação ocupacional e econômica. Da mesma forma que a distribuição das classes ocupacionais de um município determina, em grande medida, a distribuição dos estratos sociais, ela está também associada à parcela de classificados e subclassificados dentro de uma mesma classe ocupacional. Tal fato sugere que o estágio de desenvolvimento sócio-econômico de um município é responsável não só pela composição da estrutura ocupacional da sociedade, como também pelas diferentes oportunidades de geração de renda dentro de uma mesma classe. A maior participação de profissionais e empregadores nos municípios não agrícolas, por exemplo, está associada ao maior estágio de desenvolvimento sócio-econômico desses municípios, que também influencia a maior participação relativa de classificados em relação aos subclassificados em praticamente todas as classes ocupacionais.

Tabela 1 – População segundo perfil social do município¹ – Brasil 2000

Classe Ocupacional	Estrato Social	Perfi Social do Município										Total			
		1		2		3		4		5				6	
		N Pessoas	%	N Pessoas	%	N Pessoas	%	N Pessoas	%	N Pessoas	%	N Pessoas	%	N Pessoas	%
Empregadores	Classificados	3.182.785	3,8	565.364	2,5	304.283	2,1	385.971	1,5	126.210	0,7	15.209	0,3	4.579.823	2,7
	Subclassificados	182.790	0,2	58.984	0,3	58.907	0,4	129.984	0,5	90.851	0,5	14.557	0,3	536.072	0,3
	Total	3.365.575	4,0	624.348	2,7	363.190	2,5	515.955	2,0	217.061	1,3	29.766	0,7	5.115.895	3,0
Profissionais	Classificados	20.236.286	23,9	3.400.347	14,7	1.304.963	9,2	1.599.823	6,2	610.911	3,5	94.207	2,1	27.246.537	16,0
	Subclassificados	6.648.646	7,8	1.698.631	7,4	1.236.807	8,7	2.341.355	9,0	1.463.868	8,4	359.515	8,1	13.748.821	8,1
	Total	26.884.932	31,7	5.098.978	22,1	2.541.770	17,8	3.941.178	15,2	2.074.779	12,0	453.721	10,2	40.995.358	24,1
Massa Não Agrícola	Classificados	14.137.839	16,7	4.471.569	19,4	1.236.815	8,7	1.123.174	4,3	350.686	2,0	44.159	1,0	21.364.242	12,6
	Subclassificados	20.585.202	24,3	6.981.405	30,3	4.287.188	30,1	6.676.065	25,7	3.429.040	19,8	612.926	13,7	42.571.827	25,1
	Total	34.723.041	41,0	11.452.974	49,6	5.524.003	38,8	7.799.239	30,0	3.779.726	21,8	657.086	14,7	63.936.069	37,6
Não Remunerados Não Agrícolas	Classificados	43.286	0,1	7.367	0,0	2.713	0,0	2.768	0,0	877	0,0	66	0,0	57.077	0,0
	Subclassificados	67.219	0,1	15.661	0,1	12.724	0,1	23.958	0,1	16.809	0,1	4.189	0,1	140.560	0,1
	Total	110.505	0,1	23.027	0,1	15.437	0,1	26.726	0,1	17.685	0,1	4.255	0,1	197.636	0,1
Massa Agrícola	Classificados	736.627	0,9	415.142	1,8	552.953	3,9	799.337	3,1	350.875	2,0	44.002	1,0	2.898.937	1,7
	Subclassificados	1.686.723	2,0	1.141.201	4,9	2.319.246	16,3	5.922.721	22,8	4.865.176	28,0	1.170.958	26,3	17.106.026	10,1
	Total	2.423.350	2,9	1.556.344	6,7	2.872.199	20,2	6.722.059	25,9	5.216.052	30,1	1.214.960	27,2	20.004.963	11,8
Não Remunerados Agrícolas	Classificados	25.513	0,0	9.918	0,0	6.478	0,0	17.097	0,1	13.635	0,1	3.209	0,1	75.851	0,0
	Subclassificados	134.575	0,2	38.827	0,2	100.982	0,7	780.680	3,0	1.642.542	9,5	957.274	21,5	3.654.879	2,2
	Total	160.089	0,2	48.744	0,2	107.460	0,8	797.776	3,1	1.656.178	9,5	960.483	21,5	3.730.730	2,2
Sem Ocupação Com Renda	Classificados	6.928.408	8,2	1.241.328	5,4	430.971	3,0	497.058	1,9	173.116	1,0	21.520	0,5	9.292.400	5,5
	Subclassificados	5.875.631	6,9	1.819.219	7,9	1.565.270	11,0	3.903.091	15,0	2.893.078	16,7	728.888	16,3	16.785.177	9,9
	Total	12.804.039	15,1	3.060.546	13,3	1.996.242	14,0	4.400.149	16,9	3.066.194	17,7	750.408	16,8	26.077.577	15,4
Sem Ocupação Sem Renda		3.540.188	4,2	995.655	4,3	691.019	4,9	1.499.285	5,8	1.044.803	6,0	323.506	7,3	8.094.456	4,8
Total	Superior	9.371.508	11,1	858.714	3,7	366.909	2,6	423.551	1,6	127.639	0,7	15.425	0,3	11.163.745	6,6
	Médio	11.463.598	13,5	2.036.462	8,8	714.587	5,0	823.404	3,2	274.804	1,6	34.153	0,8	15.347.009	9,0
	Baixo	24.963.407	29,4	7.319.722	31,7	2.801.228	19,7	3.235.944	12,5	1.249.721	7,2	177.320	4,0	39.747.341	23,4
	Inferior	19.627.944	23,2	6.925.475	30,0	4.306.652	30,2	6.054.299	23,3	3.058.747	17,6	551.725	12,4	40.524.842	23,9
	Ínfimo	19.343.093	22,8	5.927.236	25,7	6.058.403	42,5	15.441.056	59,4	12.640.141	72,8	3.679.989	82,5	63.089.919	37,1
	Total	84.769.550	100	23.067.609	100	14.247.780	100	25.978.254	100	17.351.053	100	4.458.611	100	169.872.856	100

1 A classe ocupacional ignorada foi excluída do corpo da tabela mas considerada nos totais e percentagens. Eram 1,7 milhões de pessoas e 1% da população total.

Fonte: Censo Demográfico 2000, microdados, IBGE.

3.2. Distribuição espacial de classes

A Tabela 2 apresenta a distribuição dos municípios brasileiros segundo perfis sociais e grandes regiões. Os municípios tipicamente agrícolas (grupos 3, 4, 5 e 6) prevalecem no Brasil (79%) e, sobretudo, nas regiões Norte (96%) e Nordeste (99%). Na Região Sudeste está o maior parque industrial do país⁸ e a maior prevalência de municípios não agrícolas (39%), sendo 23% de municípios de operários. Em seguida aparece a região Sul, com 34% de municípios tipicamente urbanos (grupos 1 e 2) e a menor dispersão entre as participações de cada perfil social. Já o Centro-Oeste, influenciado pelo recente crescimento de setores secundários e terciários na economia até então tipicamente agrícola, apresenta um estágio intermediário de desenvolvimento das estruturas sociais municipais, com 23% de municípios não agrícolas e 39% de agrícolas urbanizados.

Tabela 2 - Distribuição dos municípios segundo perfil social e grande região

Perfil Social	NO		NE		SE		SU		CO		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1	16	3,6	21	1,2	273	16,4	220	19,0	47	10,5	577	10,5
2	2	0,4	4	0,2	375	22,5	174	15,0	54	12,1	609	11,1
3	24	5,3	56	3,1	542	32,5	221	19,1	173	38,8	1.016	18,4
4	143	31,8	651	36,4	385	23,1	401	34,6	152	34,1	1.732	31,5
5	200	44,5	786	44,0	81	4,9	142	12,3	19	4,3	1.228	22,3
6	64	14,3	269	15,1	10	0,6	1	0,1	1	0,2	345	6,3
Total	449	100,0	1.787	100,0	1.666	100,0	1.159	100,0	446	100,0	5.507	100,0

Fonte: Censo Demográfico 2000, microdados, IBGE.

Áreas territoriais de desenvolvimento e atraso relativo da estrutura social podem ser identificadas a partir do mapa coroplético exibido na Figura 3, que contém a distribuição espacial dos 5.507 municípios brasileiros segundo perfis sociais. De maneira geral, constata-se a concentração de municípios rurais dos 2 últimos estágios de desenvolvimento (grupos 5 e 6) na fronteira ocidental da Amazônia brasileira, na região do Sertão nordestino e no Estado do Maranhão. Já as áreas mais contíguas de municípios não agrícolas aparecem, sobretudo, nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, no leste da região Sul e em uma faixa do sul de Goiás e sudoeste de Minas Gerais, seguindo um aparente prolongamento do comportamento observado no oeste paulista.

⁸ O valor adicionado do PIB industrial da Região Sudeste corresponde a 59% do total brasileiro (Fonte: PIB Municipal 2003, disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acessado em jan. 2006).

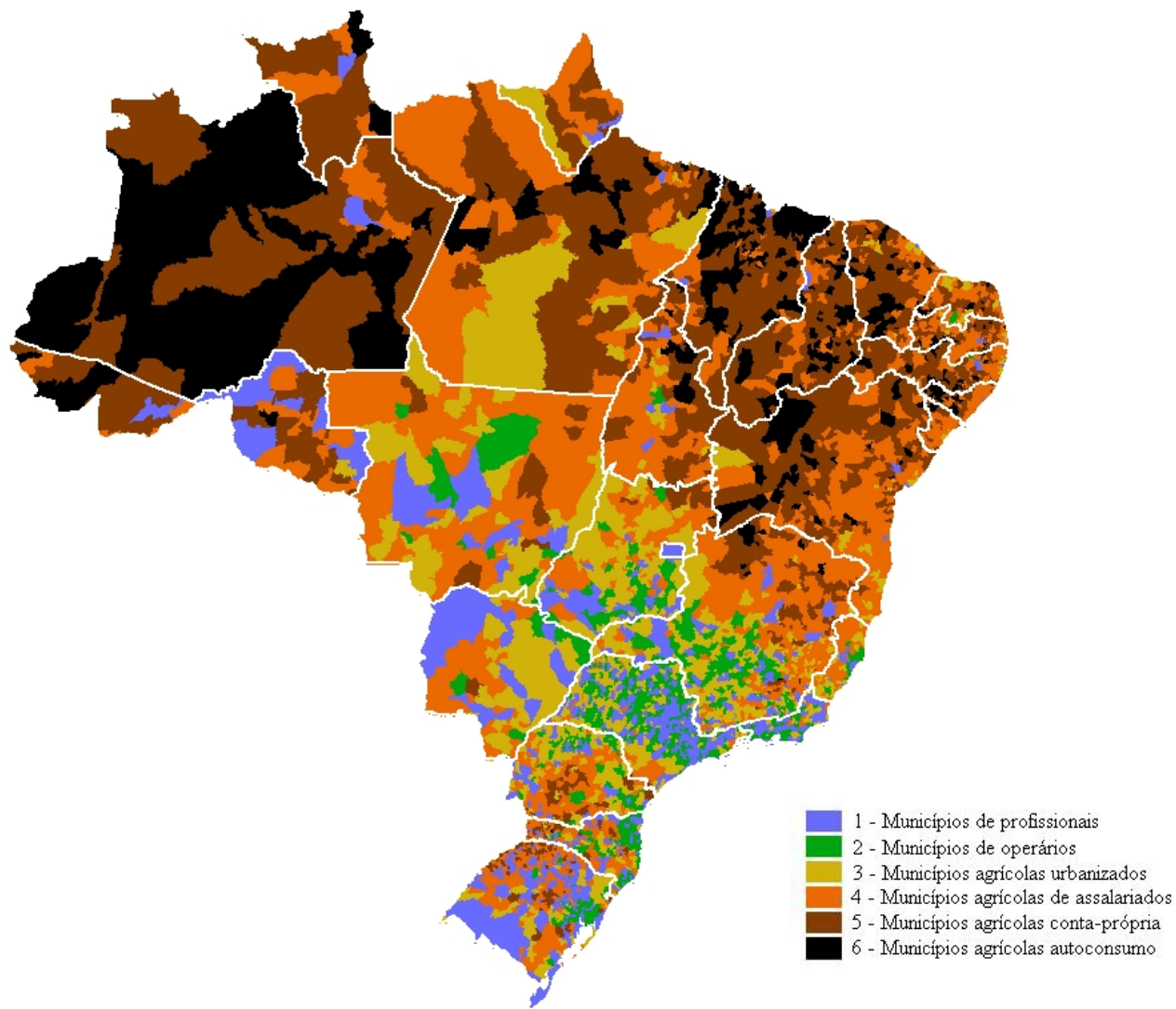


Figura 3 – Distribuição espacial dos municípios segundo perfil social

Fonte: Censo Demográfico 2000, microdados, IBGE.

Na Região Norte, sobretudo no Estado do Amazonas, está a segunda maior concentração de municípios agrícolas autoconsumo do país. São comunidades ribeirinhas com precárias condições de desenvolvimento sócio-econômico, onde o extrativismo ainda se mantém como a principal fonte de subsistência. Os poucos municípios de profissionais da região são, além das capitais estaduais, municípios do Estado de Rondônia e Tocantins que recentemente se beneficiaram com o avanço do agronegócio no cerrado e na borda sul da floresta amazônica.

No Nordeste, as três zonas climáticas bem definidas (Zona da Mata, Agreste e Sertão) exercem um papel muito claro na constituição da estrutura social dos municípios. De maneira geral, constata-se que, enquanto os municípios não agrícolas e agrícolas mais desenvolvidos (grupos 3 e 4) concentram-se na Zona da Mata e no Agreste nordestino, no Sertão prevalecem os municípios agrícolas conta-própria e autoconsumo. A Zona da Mata, que se estende pela faixa litorânea atlântica nordestina, concentra as forças produtivas mais desenvolvidas da região - herança da base econômica formada na produção de açúcar e algodão para o mercado externo - e os setores associados à exploração do potencial turístico de seu exuberante litoral. Na área de transição entre a Zona da Mata e o Sertão semi-árido está o Agreste, formado historicamente como uma espécie apêndice econômico da Zona da Mata, produzindo alimentos para essa área mais desenvolvida da região. Já a extensa área do Sertão nordestino é a mais isolada geográfica, econômica, e culturalmente. As irregulares ocorrências de chuva nessa região provocam secas cíclicas ou periódicas, castigando a população que sobrevive da pecuária extensiva, da agricultura de subsistência e de baixa produtividade. Aos condicionantes climáticos aliam-se problemas de origem

estrutural, como a concentração de terras nas mãos dos coronéis latifundiários, o isolamento geográfico e o atraso cultural de sua população⁹.

A Região Centro-Oeste, sustentada pela riqueza proporcionada pelo agro-negócio, já começa a alavancar uma segunda onda de expansão da economia, baseada na industrialização, na inovação tecnológica e na prestação de serviços, o que acaba refletindo nos padrões sociais de sua população. A região apresenta uma composição relativamente diversificada, com pouquíssimos municípios agrícolas menos desenvolvidos (conta-própria e autoconsumo), 23% de municípios não agrícolas e 34% de agrícolas urbanizados.

A Região Sul, colonizada sobretudo na base da pequena e média propriedade agrícola, apresentava, em 2000, uma configuração espacial relativamente equilibrada, com uma pequena participação de municípios agrícolas autoconsumo e poucas diferenças entre as participações dos demais perfis sociais. Na parte centro-oeste, próxima à tríplice fronteira com a Argentina e o Paraguai, concentram-se os municípios menos desenvolvidos da região, das tipologias agrícolas 4 e 5. É historicamente uma região com grau de urbanização relativamente baixo, onde predomina a pequena propriedade rural baseada na agroindústria e na agropecuária familiar¹⁰. Já a classificação dos municípios de profissionais no extremo sul do Estado do Rio Grande do Sul (Mesorregião Metade Sul) pode parecer um contraste em uma região historicamente caracterizada por extensas áreas de pecuária e produção de arroz, além de baixo desenvolvimento social (KAGEYAMA, 2005), mas que se justifica pela estrutura social de sua população. Tal fenômeno sugere que, embora as atividades agrícolas possam prevalecer na área da região, não prevalecem no estilo de vida da população, o que pode ser devido ao pequeno emprego de mão-de-obra nas atividades agropecuárias¹¹.

Para finalizar, o Sudeste apresenta a estrutura social mais desenvolvida entre as grandes regiões. Os Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro apresentam a maior participação de municípios com as estruturas mais desenvolvidas, com taxas equivalentes a 60% e 79% de seus municípios nas tipologias 1 e 2, respectivamente. Mesmo com as ações tomadas nas últimas décadas para redução da concentração regional - como a migração da agroindústria ao Centro-Oeste e Norte do país, bem como o deslocamento de parte da indústria de transformação para as Regiões Sul e Nordeste - o Sudeste, em particular o Estado de São Paulo, ainda se mantém na liderança da geração de riqueza. Mais da metade da riqueza do país continua sendo produzida na região, sendo que só o Estado de São Paulo responde por 32% de todo o PIB nacional¹². Espacialmente, se observa um eixo integrado de desenvolvimento em direção ao noroeste do estado, cujas raízes podem ser encontradas em uma série de políticas de incentivos do governo estadual e federal, determinantes do que CANO (1998) chama de processo de *desconcentração industrial Grande São Paulo-Interior*. No outro extremo, o norte de Minas Gerais apresenta padrões espaciais muito semelhantes aos estados vizinhos da Região Nordeste, com prevalência de municípios dos três últimos estágios de desenvolvimento da estrutura social.

4. Desigualdades territoriais

As tipologias municipais definidas a partir de agrupamentos relativamente homogêneos de desenvolvimento da estrutura social cumprem um importante papel na diferenciação dos padrões de concentração de população e renda. Como mostram as informações da Tabela 3, há uma estreita relação entre as tipologias obtidas, as rendas médias *per capita* e as características demográficas dos municípios. A hierarquia associando o estágio de desenvolvimento da estrutura social ao tamanho e densidade

⁹ Como relata CAMELO FILHO (2000), o atraso cultural faz a população sertaneja criar suas próprias explicações místicas e sobrenaturais sobre o fenômeno da seca, já que a verdadeira informação nunca chega a seu conhecimento.

¹⁰ A economia é baseada na agroindústria e na agropecuária, com a produção de grãos, suínos, aves, gado de corte e leite, frutas, erva-mate e fumo (Fonte: Portal da Mesorregião Grande Fronteira Mercosul, disponível em <<http://www.mesorregiao-gfm.org.br/caracterizacao.html>>. Acessado em: jan. 2006)

¹¹ Fenômeno semelhante se observa na região centro-oeste, onde, embora a atividade agropecuária ocupe áreas significativas do território, ocupa pouca mão-de-obra e não prevalece na estrutura social.

¹² O PIB da Região Sudeste corresponde a 56% do PIB nacional (Fonte: PIB Municipal 2003, disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acessado em: jan. 2006).

populacional sugere, ainda, uma relativa convergência dos resultados a um dos pontos consensuais na inesgotável discussão da literatura sobre a definição de espaços rurais e urbanos (KAGEYAMA, 2004).

Com uma população de aproximadamente 85 milhões de habitantes, os municípios de profissionais concentravam metade da população brasileira no ano de 2000 em uma área correspondente a apenas 10% do território nacional. Apresentavam a maior renda média (430 reais *per capita*), eram os mais populosos (média de quase 150 mil habitantes por município) e os mais densamente povoados (média de 117 hab/km²).

Logo após aparecem os municípios de operários, com uma população média de 38 mil habitantes por município e densidade média de 62 habitantes/km². Já as 4 tipologias restantes de municípios agrícolas apresentam baixas densidades populacionais e baixas rendas *per capita*. São municípios pequenos e pobres, onde o tamanho médio não ultrapassa 15 mil habitantes, a densidade média é inferior a 13 hab por km² e a renda *per capita* não chega a 193 reais mensais.

O grupo dos municípios agrícolas de trabalhadores predomina no Brasil, com 31% do total, e chama também atenção o extenso espaço ocupado pelos 345 municípios do grupo 6 (6% dos municípios ocupando 17% da área total brasileira), onde prevalecem as atividades de autoconsumo em áreas semidesérticas com densidade pouco superior a 3 habitantes por km² e renda *per capita* que não ultrapassa os 60 reais mensais.

Tabela 3 – Características dos municípios segundo perfil social – Brasil 2000

Perfil Social	Municípios		População		População Média	% Área Total	Densidade (hab/km ²)	Rnd P Cap
	Número	%	Número	%				
1	577	10,5	84.769.550	49,9	146.914	8,6	116,7	430,0
2	609	11,1	23.067.609	13,6	37.878	4,4	62,2	258,3
3	1.016	18,4	14.247.780	8,4	14.023	13,9	12,2	192,7
4	1.732	31,5	25.978.254	15,3	14.999	26,2	11,8	136,8
5	1.228	22,3	17.351.053	10,2	14.130	30,2	6,8	88,5
6	345	6,3	4.458.611	2,6	12.924	16,7	3,2	58,5
Total	5.507	100,0	169.872.856	100,0	30.847	100,0	20,2	297,3

Fonte: Censo Demográfico 2000, microdados, IBGE; Divisão Territorial Brasileira de 2001 (IBGE) disponível no Atlas Brasil (INPE).

¹ Valores em Janeiro de 2005 (INPC corrigido para o Censo Demográfico – IPEA)

Embora haja uma estreita relação entre os rendimentos médios *per capita* e o estágio de desenvolvimento da estrutura social, não seria adequado analisá-la sem o conhecimento do grau de desigualdade intra e intermunicipal, já que os rendimentos médios tendem a ser fortemente influenciados por valores extremos da distribuição. Para cumprir tal objetivo, a Tabela 3 apresenta os valores de alguns dos principais indicadores de concentração de renda da literatura (HOFFMANN, 1998), estimados sobre os rendimentos *per capita* dos integrantes familiares: percentagem de renda apropriada pelos 40% mais pobres e 10% mais ricos, índice de concentração (razão entre a renda apropriada pelos 10% mais ricos e 40% mais pobres), índice de Gini e T de Theil.

Mesmo com significativas diferenças entre os perfis sociais, os elevados índices de concentração de renda observados em todos os grupos retratam a realidade brasileira de extrema desigualdade (Barros *et al.*, 2000). Nos municípios de profissionais os mais ricos apropriam-se da maior parcela dos rendimentos totais (51%). Entretanto, nos municípios com as estruturas menos desenvolvidas, principalmente agrícolas conta-própria e autoconsumo, a concentração de renda é maior e mais acentuada nos extremos da distribuição. Ou seja, evidencia-se nesses municípios uma maior diferença entre a massa de rendimentos apropriada pelos relativamente ricos e relativamente pobres.

Tabela 3 – Indicadores de concentração de renda segundo perfil social – Brasil 2000

Perfil Social	% Rnd Acumulada		IC (B/A)	Índice Gini	T Theil ¹	
	40% mais pobres (A)	10% mais ricos (B)			% Dentro	% Entre
1	7,5	49,6	6,6	0,622	93,3	6,7
2	10,7	41,5	3,9	0,534	96,9	3,1
3	9,1	47,6	5,3	0,585	96,0	4,0
4	7,5	49,8	6,7	0,617	92,4	7,6
5	6,3	48,6	7,7	0,626	94,4	5,6
6	4,0	48,6	12,2	0,651	96,6	3,4
Total	6,2	52,6	8,5	0,652	81,2	18,8

Fonte: Censo Demográfico 2000, microdados, IBGE.

¹ T de Theil decomposto para estimar a desigualdade dentro dos municípios e entre os municípios.

O índice T de Theil foi decomposto para captar as desigualdades dentro (% Dentro) e entre (% Entre) os municípios de cada grupo. De maneira geral, constata-se que quase 4/5 da desigualdade total é devida às diferenças intramunicipais. A segmentação dada pelos perfis sociais reduziu, entretanto, em mais de 50%, ou 11 pontos percentuais, a desigualdade entre os municípios, ou seja, as diferenças entre os rendimentos apropriados pelos municípios de um mesmo perfil social são consideravelmente inferiores às do conjunto total de municípios. A desigualdade entre os municípios de operários e agrícolas autoconsumo é mínima, equivalente a apenas 3% da desigualdade total, e é máxima entre os municípios agrícolas conta-própria, equivalente a 8% da desigualdade total.

Outro tema de relevância na mensuração da qualidade de vida e no no estudo das diferenças sociais é o acesso à infra-estrutura domiciliar. Segundo BELTRÃO & SUGAHARA (2005), a infra-estrutura domiciliar é condição necessária, embora não suficiente, para o desenvolvimento econômico e social. Como sugerem as mesmas autoras, a infra-estrutura básica é parte essencial da qualidade de vida dos cidadãos, devendo constar em qualquer agenda de discussão sobre metas sociais ao lado de temas como redução da pobreza, melhoria do padrão de vida, educação, saúde, entre outros. É também essencial para o desenvolvimento econômico, na medida em que dinamiza os hábitos de consumo e o aumento da renda da população. O acesso à energia elétrica, por exemplo, estimula o consumo de eletrodomésticos e é essencial para viabilizar a produção de pequenos empreendedores.

A discriminação dos municípios brasileiros segundo padrões de infra-estrutura domiciliar foi feita neste trabalho segundo onze indicadores: acesso da população à água canalizada (independente da proveniência), luz elétrica, esgotamento sanitário (rede coletora geral ou pluvial, fossa séptica ligada ou não à rede coletora de esgoto), coleta de lixo, pelo menos um sanitário de uso privativo do domicílio, telefone fixo, computador, geladeira, máquina de lavar, televisão em cores e automóvel. São todos indicadores dicotômicos, ou seja, assumem valor unitário quando o integrante familiar apresenta uma ou mais das características no domicílio em que mora e valor nulo caso contrário. Nas análises, foram consideradas as famílias residentes em todos os tipos de domicílios: particulares permanentes; particulares improvisados e coletivos¹³. Integrantes de famílias independentes que compartilham o domicílio herdaram as mesmas características de infra-estrutura domiciliar.

Há diferenças significativas entre os perfis sociais municipais mesmo quando se trata de serviços básicos essenciais para a qualidade de vida da população, como acesso à água canalizada e luz elétrica

¹³ O IBGE classifica os domicílios em particulares permanentes, particulares improvisados e coletivos. Pelas definições do IBGE (1995), domicílio particular permanente é aquele localizado em unidade que se destina a servir de moradia (casa, apartamento ou cômodo). Domicílio particular improvisado é aquele localizado em dependência que não seja destinada exclusivamente à moradia (sala comercial, prédio em construção, embarcação, carroça, vagão, tenda, barraca, gruta, etc.). E os domicílios coletivos são aqueles destinados à habitação de pessoas em cujo relacionamento prevalecesse o cumprimento de normas administrativas (hotéis, pensões, presídios, cadeias, penitenciárias, quartéis, postos militares, asilos, orfanatos, conventos, hospitais e clínicas – com internação – motéis, camping, etc.). Os domicílios particulares permanentes são, entretanto, ampla maioria na população. Em 2004, foram amostrados 112.530 domicílios particulares permanentes (99,8%), contra 118 domicílios particulares improvisados e 68 domicílios coletivos (Fonte: PNAD, microdados, IBGE).

(Tabela 4). Nos municípios agrícolas autoconsumo, por exemplo, menos de 1/5 da população tem acesso à água canalizada e pouco mais de 3/5 possui luz elétrica no domicílio, contra taxas próximas a 100% nos municípios de profissionais e operários. Definiu-se ainda uma clara hierarquia entre os perfis sociais no que se refere às condições de infra-estrutura domiciliar, o que sugere a consistência da tipologia de estratificação na identificação do grau de urbanidade/ruralidade dos municípios.

Tabela 4 – População com acesso à infra-estrutura municipal segundo perfil social – Brasil 2000

Ítem de Infra-Estrutura	Perfil Social Municipal						Total
	1	2	3	4	5	6	
Água canalizada	93,2	93,5	82,0	59,9	35,5	19,4	79,4
Esgotamento sanitário	80,8	73,2	47,0	35,1	23,7	15,1	65,5
Coleta de lixo	93,9	89,1	71,9	51,9	29,3	15,2	76,4
Luz elétrica	99,5	99,3	96,3	87,3	71,6	60,7	93,5
Telefone fixo	56,4	34,7	21,8	13,0	6,3	3,6	37,4
Sanitário	94,5	95,7	83,8	62,8	36,8	21,3	81,1
Televisão em cores	95,7	94,1	87,8	76,5	59,8	45,2	86,9
Geladeira	95,0	94,5	82,4	64,0	43,7	30,7	82,2
Computador	17,0	7,6	3,7	2,1	0,9	0,6	10,3
Máquina de lavar	47,1	37,1	17,0	9,1	3,9	1,9	31,8
Automóvel	42,6	37,4	26,6	17,2	9,3	4,9	32,3

Fonte: Censo Demográfico 2000, microdados, IBGE.

5. Conclusões

Este trabalho apresentou uma nova proposta de configuração do espaço territorial brasileiro baseada na composição das estruturas sociais municipais, uma *proxy* do estilo de vida e dos níveis de bem-estar de suas populações. A idéia central era que o estágio de desenvolvimento da estrutura social municipal traria novos e importantes elementos para compreender o quadro de extremas desigualdades existentes no espaço nacional.

Utilizando técnicas estatísticas de análise multivariada, foram identificadas seis tipologias municipais (perfis sociais) que definem padrões sociais associados aos estágios de desenvolvimento das classes agrícolas e não agrícolas de uma sociedade. Os dois primeiros perfis sociais representam municípios com características tipicamente urbanas, mais populosos e densamente povoados, onde predominam as classes dos empregadores, profissionais (ambos no grupo 1) e da massa trabalhadora não agrícola (grupo 2). Os municípios tipicamente rurais, com baixa densidade populacional e prevalência das classes agrícolas, distinguem-se, sobretudo, pela maior participação da massa trabalhadora (grupos 3 e 4), pequenos proprietários conta-própria (grupo 5) e não remunerados (grupo 6). Do grupo 1 ao grupo 6, a tendência é o aumento da participação de pobres e miseráveis dos estratos inferior e ínfimo (subclassificados) em todas as classes ocupacionais.

O problema da escala geográfica exige, entretanto, alguns cuidados especiais e impõe importantes limitações e desafios à análise. Mesmo municípios com elevados padrões sociais podem apresentar significativos bolsões de miséria em sua área intra-urbana, sendo que a análise espacial apenas apresentará os valores médios da população. A identificação desses subespaços geográficos constitui recorrente dificuldade para o equacionamento dos problemas sociais, seja por não serem adequadamente alcançados pelas políticas universais, seja por apresentarem dinâmicas sociais próprias que dificultam o acesso de suas populações às políticas públicas (SEADE, 2003).

A redução da dimensionalidade das complexas diferenças municipais em algumas tipologias sociais acaba, indubitavelmente, provocando uma importante perda de informação. Embora alguns municípios do extremo sul gaúcho e as duas principais metrópoles brasileiras, São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo, tenham em comum uma maior participação relativa das classes de profissionais e empregadores em suas estruturas sociais, há ainda que se considerar significativas diferenças sócio-econômicas entre as populações dessas regiões.

O complexo universo das desigualdades territoriais brasileiras exige, portanto, estudos mais apurados sobre as diferenças entre os municípios. Para ajudar a compreender este quadro, foram analisadas algumas das principais medidas de concentração dos rendimentos *per capita* da população. De maneira geral, constatou-se que a maior parcela da desigualdade entre os rendimentos *per capita* dos integrantes familiares se deve às diferenças intramunicipais (81%). Entretanto, a estratificação segundo perfis sociais cumpriu um importante papel ao reduzir significativamente as diferenças entre os municípios, chegando a apenas 3% no caso dos municípios de operários e municípios agrícolas autoconsumo. Também se observou que os municípios com as estruturas mais desenvolvidas, sobretudo os municípios de operários, apresentaram os menores índices de concentração de renda entre seus habitantes. Os dados ainda sugerem que os municípios agrícolas menos desenvolvidos apresentam uma estrutura mais concentrada nos extremos da distribuição de rendimentos, onde a diferença entre a massa de rendimentos apropriada pelos relativamente ricos e relativamente pobres é mais acentuada.

A evidente hierarquia observada nos indicadores dos perfis sociais em relação à infra-estrutura domiciliar sugere ainda que a tipologia de estratificação identificou com relativa consistência o grau de urbanidade/ruralidade dos municípios brasileiros. Diferenças significativas foram observadas entre os perfis sociais municipais mesmo no que se refere a serviços básicos essenciais para a qualidade de vida da população, como acesso à água canalizada e luz elétrica.

De maneira geral, conclui-se que a configuração espacial obtida neste trabalho, além de contribuir com uma nova dimensão para a análise da estrutura social brasileira, é mais um importante instrumento para analisar as extremas diferenças territoriais brasileiras. Estudos mais apurados ainda poderão ser obtidos com outras dimensões de análises, além dos rendimentos *per capita* e acesso à infra-estrutura domiciliar, bem como análises focalizadas para regiões, estados ou mesmo municípios, utilizando, quando possível, áreas espaciais mais desagregadas, como os setores censitários disponibilizados pelo IBGE.

Bibliografia

BARROS, R. P.; HENRIQUE, R., MENDONÇA, R. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. In: HENRIQUE, R. (Org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, p. 21-47, 2000.

BELTRÃO, K. I.; SUGAHARA, S. **Infra-estrutura dos domicílios brasileiros: uma análise para o período 1981-2002**. Rio de Janeiro: IPEA, Texto para discussão, n. 1077, 2005.

CÂMARA, G; MONTEIRO, A. M.; MEDEIROS, J. M.. **Introdução à ciência da geoinformação**. São José dos Campos: INPE, 2004.

CAMELO FILHO, J. V. **A implantação e consolidação das estradas de ferro no nordeste brasileiro**. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP, 1998b.

CRIVISQUI, E. **Presentación de los métodos de clasificación**. Programa Presta, ULB, 1999.

HALVORSEN, R.; PALMQUIST, R. The interpretation of dummy variables in semilogarithmic equations. **The American Economic Review**, v. 70, n. 3, p. 474-475, jun. 1980.

HOFFMANN, R. **Distribuição de renda: medidas de desigualdade e pobreza**. São Paulo: Editora da USP, 1998a.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul**. In: Colóquio Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural do GEPAD, 1., 2005, Porto Alegre. 2005. No prelo.

_____. **Desenvolvimento rural: conceito e medida**. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set.-dez. 2004.

MILLS, W. **A nova classe média**. Tradução de Vera Borda. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

QUADROS, W. J. **Aspectos da crise social no Brasil dos anos oitenta e noventa**. Tese (Livre-Docência) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

ROCHA, S. **A investigação do rendimento na PNAD – comentários e sugestões à pesquisa nos anos 2000**. Rio de Janeiro: IPEA, Texto para Discussão, n. 899, 2002.

SEADE. **Índice Paulista de Responsabilidade Social – continuidade e desdobramentos**. São Paulo, 2003.